

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

OS REFLEXOS DA REORGANIZAÇÃO DO CAPITAL NO RAMO COUREIRO-CALÇADISTA: O CASO DE FRANCA-SP

Reginaldo Guiraldelli¹

Questões introdutórias

A historiografia da indústria brasileira, ao analisar sua gênese, constata que a indústria de calçados é uma das mais antigas no ramo de transformação. Seu início remonta ao século XIX, com a emergência de outros setores como o têxtil de algodão, alimentos, bebidas e chapéus.²

De acordo com a análise de Carlos Nelson dos Reis (1994), antes do final da década de 1860, o ramo de produção de calçados era desenvolvido em indústria local de pequena escala, operada predominantemente por artesãos, mas,

¹Doutorando em Serviço Social pela UNESP/Franca-SP e Membro do Núcleo de Pesquisa “Mentalidades e Trabalho: do local ao global” da UNESP/Franca. E-mail: reguiraldelli@hotmail.com

² “[...] apesar da colonização brasileira ter se iniciado no século XVI, foi somente após a segunda metade do século XIX que a indústria manufatureira foi iniciada, ganhando expressão na segunda metade do século XX. Ao término do século XIX o país era ainda, preponderantemente, composto de uma sociedade agrícola baseada no trabalho escravo, fornecendo produtos agrícolas e matérias-primas para a exportação. A passagem do trabalho escravo para o trabalho livre foi uma das mais importantes condições para o desenvolvimento da indústria no Brasil. A presença do trabalho assalariado foi o início de uma economia voltada ao mercado interno, pois com o salário, há o efeito multiplicador de renda. Esse efeito multiplicador, dada a defasagem temporal entre exportação e a efetivação de importações pode ocasionar o desequilíbrio externo mas, se com o trabalho escravo não havia risco desse desequilíbrio, a formação do mercado interno era fundamental para o desenvolvimento da indústria na economia brasileira” (CAMPANHOL, 2000, p.64).

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

[...] existem indicativos de que a concentração da produção em fábricas teria sido iniciada na primeira metade da década de 1870. [...] ainda que no final do século XIX a indústria de calçados tivesse evidenciado significativos avanços em seu processo produtivo, ela ainda continuou ostentando fortes características artesanais, pois estava amplamente baseada em processos manuais (p.30).

No Brasil, entre os anos de 1860 a 1920, tem-se um período caracterizado pelo dinamismo tecnológico mediante introdução de avanços técnicos que vinham ocorrendo em diversas regiões do país.

Carlos Nelson dos Reis (1994), ao analisar a indústria calçadista brasileira, pontua que o setor passou por um período de relativa estagnação entre os anos de 1920 a 1960, associada a uma acentuada regionalização da produção, juntamente com uma contenção na absorção de novas técnicas e a incorporação em menor escala de novos maquinários e um segundo período, marcado pelo dinamismo tecnológico do ramo coureiro-calçadista que se inicia em meados da década de 1960 e tem como mola propulsora uma fase expansionista da produção de calçados de couro voltada para o atendimento do mercado externo.

Até esse período de 1960, a produção brasileira de calçados estava voltada exclusivamente ao mercado interno e seu produto se caracterizava por ser de qualidade rudimentar.

Diante disso, a história das indústrias de calçados de Franca, cidade localizada na região nordeste do Estado de São Paulo, não pode ser vista de forma focalizada, pois desde sua origem esteve ligada às políticas macroeconômicas governamentais e por isso não deixou de sofrer as influências e os rebatimentos das crises e recessões verificadas em âmbito nacional e internacional.

O que presenciamos hoje, diante do acentuado processo de globalização e da adoção a uma política neoliberal, é a sujeição de países considerados em

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

desenvolvimento em relação aos ditames dos países desenvolvidos, o que aprofunda o quadro de dependência e dominação entre as nações do mundo.³

Nos estudos de Furtado (1987), o autor nos diz que,

Em razão das assimetrias que caracterizam as relações centro-periferia – umas economias controlam a tecnologia de vanguarda e têm a iniciativa da introdução de novos produtos, enquanto as outras se limitam as correntes de progresso -, as formas de viver e os valores que prevalecem nos países periféricos estão mais e mais sob o controle de empresas do centro. O estilo de desenvolvimento imposto às populações periféricas, baseado que é uma cesta de bens de crescente diversificação e sofisticação, acarreta a concentração da renda e dá origem a toda uma série de problemas sociais. Assim, a aceleração do crescimento exacerbou duas tendências do sistema: a concentração da renda em benefício do centro e a agravação das desigualdades sociais nos subsistemas periféricos (p.144-145).

A globalização, com base em Campanhol (2000), não se constitui fenômeno contemporâneo e, sim, presente desde as grandes navegações, com a descoberta de novas terras, onde o capital, ainda em fase mercantil, tomou dimensões globais e adentrou a cena mundial. Além do mais, tal fato propiciou a redução das fronteiras entre os povos, desencadeando maior facilidade para o comércio e veiculação de informações. Porém, as determinações do capitalismo global implicam em rebatimentos diferenciados nas condições de vida e trabalho do conjunto da população e nas diversas regiões e países do mundo, pois variam conforme suas distintas formações históricas.

Nos últimos tempos, o termo globalização tem sido apropriado apologeticamente para justificar o avanço das telecomunicações, da microeletrônica, da robótica e dos transportes, assumindo sempre uma fisionomia positiva, mas quando associada ao neoliberalismo, ou seja, uma política do jogo livre de mercado e avessa às intervenções estatais, o que se tem é o acirramento da pauperização da população diante do aumento

³ “As sociedades são consideradas desenvolvidas quando são capazes de possibilitar ao homem satisfazer suas necessidades, manifestar suas aspirações e exercer seu gênio criador [...]. O excedente viabiliza a acumulação e, o desenvolvimento nada mais é do que uma das formas assumidas pelo acúmulo de riquezas. Pode-se falar em desenvolvimento verdadeiro quando o homem pode, do excedente, enriquecer o seu universo de valores que se difundem em importantes segmentos da coletividade. A sociedade industrial canaliza a capacidade inventiva para criação tecnológica, visando aumentar a acumulação, por isso nota-se a sua grande força expansiva” (CAMPANHOL, 2000, p.58).

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

do desemprego estrutural, falência das políticas sociais operacionalizadas pelo Estado e um acentuado quadro de miserabilidade.

A produção do calçado no circuito da expansão industrial

Tendo por base o quadro apresentado, o célere processo de industrialização do Brasil, decorrente de uma política desenvolvimentista, pautado num ideário de substituição das importações, gerou entusiasmo para as indústrias de calçados de Franca, que passam a se expandir gradativamente pelo território local na década de 1960 e potencializar a produção com vistas a atender o mercado internacional.

Foi com euforia que a cidade recebeu a notícia de que a empresa Calçados Samello estava realizando a sua primeira remessa de 17 mil pares de calçados para os Estados Unidos em maio de 1970. O Sindicato da Indústria de Calçados de Franca cumprimentou a empresa por estar “abrindo o difícil e sinuoso caminho das exportações francanas”. Foi fechado o primeiro contrato de exportação de calçados de Franca para a Europa, em junho de 71, acontecimento importante como tentativa de diversificar os importadores desses produtos. Isso porque se as exportações fossem concentradas em seu destino para o mercado norte-americano, a vulnerabilidade das indústrias seria maior. No entanto, apesar dessa e de outras tentativas de diversificação dos mercados consumidores dos calçados francanos, os seus maiores importadores continuariam a ser os Estados Unidos, por terem sido – e continuarem sendo – os maiores consumidores de calçados do mundo (SILVA, 1998, p.42).

Dentre os condicionantes de importância vital para a legitimação da indústria de calçados, o Brasil conjugava matéria-prima e mão-de-obra em abundância para atender a produção e, além disso, tem-se a instalação no país da indústria de máquinas especializadas na fabricação do sapato, de origem norte-americana e que foi na época um marco nesse cenário da cadeia produtiva.

Com a regionalização da produção brasileira de sapatos, os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul passam a responder por mais de 80% da produção nacional a partir

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

dos anos de 1970, com destaque para a produção gaúcha que assume nessa mesma década o posto de maior produtora de calçados do país.⁴

Em relação ao Rio Grande do Sul, o início da atividade coureiro-calçadista se remete à vinda dos imigrantes alemães no ano de 1824, que passam a se dedicar ao artesanato, trazendo conhecimentos e técnicas necessárias, além da abundante matéria-prima – o gado, na região. Assim, essa região passa a conjugar a matéria-prima, o couro em específico, a mão-de-obra especializada - o imigrante, em conformidade com a demanda interna existente.

Os anos de 1935 a 1950 marcam a fase de difusão tecnológica e consolidação da indústria calçadista no Rio Grande do Sul, com forte concentração no Vale do Rio dos Sinos, com destaque para a cidade de Novo Hamburgo.⁵

Conforme argumenta Carlos Nelson dos Reis (1994, p.39), a indústria paulista ocupa a segunda posição no “ranking” nacional da produção calçadista, tendo Franca como a principal cidade na produção do calçado masculino de couro, Birigui especializada na produção do calçado infantil e Jaú concentrando a produção de sapatos femininos.

Nos últimos tempos, os principais países produtores de calçado que se destacam no mercado internacional são: a Itália, caracterizada pela produção de sapatos de couro sofisticados e de padrão elevado para atender um mercado consumidor exigente; o Brasil e a Espanha, produzindo calçados de médio padrão e a China, Taiwan e Coreia

⁴ “O parque calçadista paulista à semelhança do gaúcho, configura mais do que uma indústria calçadista. Eles se apresentam como um complexo coureiro-calçadista composto por um conjunto de segmentos, tais como: indústria de calçados, de curtimento, de máquinas e equipamentos para couro e calçados, indústria de componentes, de artefatos de couro, prestadora de serviço (‘ateliers’, agentes de exportação), etc. [...] Também se chama atenção para o fato de que tanto o centro calçadista gaúcho como o paulista tem suas exportações concentradas nos EUA, o que, por um lado, lhes garante uma demanda permanente, mas, por outro, os deixa vulneráveis às oscilações daquele mercado” (REIS, C.N., 1994, p.193).

⁵ Os municípios que compõem o Vale do Rio dos Sinos, principal pólo de calçados femininos do país são: Novo Hamburgo, Igrejinha, Sapiranga, Campo Bom, Rolante, Três Coroas, Gramado, Taquara, Cachoeirinha, Estância Velha, São Leopoldo, Nova Petrópolis, Dois Irmãos, Ivoti, Portão e Canela. Os 16 municípios compreendem o moderno complexo industrial na região. O calçado feminino “[...] tem um preço médio inferior ao masculino – principal produto de exportação do pólo paulista – em razão de expor-se ao acompanhamento da moda, a um menor índice de material embutido e à reduzida duração” (REIS, C.N., 1994, p.76).

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

do Sul, caracterizadas pela produção de calçados esportivos confeccionados com material sintético. Essa reorganização industrial se apresenta com um intenso fluxo migratório de empresas para outros países, onde se passa a fabricar algumas etapas ou até mesmo todo o processo produtivo. Expressões dessa tendência podem ser verificadas

[...] nas atuações das marcas alemã Adidas e da norte americana Reebok, que instalaram fábricas na região asiática para a produção de partes e componentes ou mesmo do produto como um todo. Essa tendência significa que tradicionais centros produtores de calçados, como EUA, Alemanha, Reino Unido e França, vêm deixando espaço na produção internacional para países como Taiwan, Coreia do Sul, Tailândia e Brasil, onde o custo de fabricação do calçado é sensivelmente mais baixo. Da posição de tradicionais exportadores vêm se transformando nos principais importadores, especialmente os EUA (REIS, C.N., 1994, p.189-190).

Desde o início de sua industrialização, o Brasil vem atravessando momentos de crises e reestruturação, como se verificou na década de 1960.⁶ Os anos de 1960 marcam a grande revolução demográfica existente no país frente a um processo de urbanização tardia e caótica que provocou a expulsão da população rural do campo de forma avassaladora, trazendo impactos na organização social, econômica e política da nação, que não havia planejado tais fatos. Até os anos de 1950, o Brasil era esmagadoramente rural e, em seguida, conforme Dowbor (1998, p.41), passa a contar com quase 80% da população fixada na área urbana.

Os anos de 1960 e 1970 são identificados como a fase em que se viveu o “milagre econômico” no país, momento de expansão econômica frente à ampliação dos investimentos em diversos setores da economia, gerando maior rentabilidade para o capital industrial do que no ramo da agropecuária. Porém, tal episódio não solucionou a distribuição da renda do brasileiro e tampouco as desigualdades regionais e sociais, mas acirrou as condições de miserabilidade da população, onde a maioria sequer conseguia

⁶ De acordo com Campanhol, “Entre as décadas de 60 e 80 o país passou pelo autoritarismo no campo político, no campo econômico por oscilações que variavam entre milagres e crises e, no campo social, a reorganização da sociedade civil em sindicatos, associações, pastorais” (2000, p.72).

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

atender suas necessidades vitais em contrapartida de um segmento minoritário que usufruía de um padrão de vida similar ao de países do hemisfério norte.

Ao mesmo tempo em que se vivenciava uma fase dourada de um suposto “milagre”, um novo fato ganha repercussão no ano de 1973, conhecido como o “choque do petróleo” e ainda no ano seguinte, o mundo atravessa um momento de recessão, desmoronando o quadro do “milagre econômico”.⁷ Tais acontecimentos redundaram na contenção de capitais internacionais que até então eram disponibilizados. Em relação ao Brasil, o respectivo “milagre” mostrou-se inconsistente, na medida em que transparecia haver crescimento econômico a custas de endividamento externo.

Na década de 1970, marcada pela crise de esgotamento do padrão produtivo pautado nos modelos taylorista/fordista,⁸ a indústria brasileira de calçados se ramifica na produção de dois segmentos distintos, ou seja, passa a produzir calçado de couro e calçados alternativos. Destes, o calçado de couro estava voltado em larga escala para a exportação, enquanto o segundo se destinava quase que exclusivamente ao mercado interno. Essa lógica corresponde aos próprios fluxos do mercado e por isso,

[...] os industriais de calçados, principalmente os das grandes empresas nacionais e internacionais, não tem medido esforços e muito tem investido na busca de peles alternativas, como as de peixe, cobra, capivara, rã, porco, etc. Por outro lado, existem algumas iniciativas de mesclar a composição do sapato de couro com material sintético, que, em termos de solado, se encontra em estágio bastante avançado, com a utilização de elementos químicos, tais como o PVC, o poliuretano, o polietileno, o polipropileno, etc. (REIS, C.N., 1994, p.81).

Essa nova tendência do mercado calçadista em produzir calçado com material plástico desencadeou mudanças substanciais nos hábitos de consumo dos brasileiros

⁷ “Essa crise estrutural, cuja manifestação foi a desarticulação das relações virtuosas do padrão de desenvolvimento norte-americano, foi resultado do esgotamento dos impulsos dinâmicos do padrão de industrialização, com o enfraquecimento da capacidade dinâmica do progresso técnico, a maior saturação de mercados internacionalizados, o sobre-investimento generalizado, a crescente financeirização da riqueza produzida e o enfraquecimento da hegemonia norte-americana. A crise foi então amplificada pela brusca elevação dos preços do petróleo decidida pelo cartel da OPEP no final de 1973” (MATTOSO, 1995, p.52).

⁸ Conforme estudos de Marisa dos Reis (1992, p.12), esses modelos entram em crise nos anos de 1970 e se alastra por todo o mundo do trabalho e para se recuperarem, os países centrais adotam modelos de produção e gestão mais flexíveis – o Toyotismo, que rompe com a rigidez das linhas de montagem dos modelos taylorista/fordista.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

frente à queda do poder aquisitivo do contingente populacional nas últimas décadas e estimulou a moda, que se torna significativa para camadas de média e alta renda. Esse fenômeno, iniciado na década de 1970, consolida-se na década subsequente.

Nessa mesma conjuntura temporal, o mercado internacional passa a exigir maior agilidade do processo produtivo e melhor qualidade do produto e, com isso, os empresários passam a inovar técnica e, organizacionalmente, a produção de calçados com vistas a atender aos requisitos desse mercado.⁹

Além disso, na década de 1970, instala-se em Franca o SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, com vistas a atender aos anseios do empresariado local, que buscava trabalhadores cada vez mais qualificados. Segundo Navarro (1998), houve uma elevada procura por cursos de cortadores e pespontadores oferecidos pelo SENAI a partir de 1974, pois se exigia mão-de-obra qualificada e na carência da mesma, os empresários chegavam a contratar os trabalhadores antes mesmo da conclusão do curso. Vale ressaltar que o curso objetivava capacitar o trabalhador para atender aos propósitos da empresa. Nessa época, por haver uma expressiva oferta de postos de trabalho nesse ramo, verifica-se uma significativa demanda pelos cursos do SENAI.

Diante das novas exigências postas pelo mundo do trabalho, inicia-se um processo de reestruturação econômica no setor calçadista, que passa a alterar os processos organizacionais e produtivos. No entanto, essa nova configuração não foi capaz de eliminar sua tradicional marca que é a utilização de forma intensiva de trabalho humano.

⁹ “Com o desenvolvimento propiciado pelos avanços na área da microeletrônica e da informática, a principal e mais difundida inovação para a indústria de calçados é o sistema CAD/CAM (computer-aided design e computer-aided-manufacturing), que possibilita que as áreas de projeto (design) e manufatura sejam auxiliadas por computador. Com a utilização de sistemas CAD na área de ‘design’ todas as informações sobre o modelo e tamanho dos calçados são transferidas para a memória de um computador. Com isso, o ‘designer’ trabalha o modelo na tela do micro visualizando as alterações desejadas; após definir todos os detalhes, o próprio computador ajusta o modelo para os tamanhos desejados. Em termos de equipamentos CAM, os mais difundidos atualmente na indústria de calçados em nível mundial são as máquinas de costura com controle microeletrônico – que permitem maior precisão no pesponto e aumentos de produtividade para a realização de desenhos mais complexos – e os cortadores automáticos, a jato d’água ou a laser” (REIS, M., 1992, p.34).

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Na indústria coureiro-calçadista do Brasil em específico, os avanços técnico-organizacionais são entendidos como processos lentos, visto que o baixo custo da força de trabalho ainda permite uma defasagem tecnológica.¹⁰

Pochmann (2001, p.62), pondera que a década de 1980, caracterizada por redução na taxa de investimento, renda *per capita* estagnada e hiperinflação, retrata a dificuldade da realidade brasileira em aderir aos propósitos modernizadores do mundo do trabalho, diante do baixo desempenho econômico. Isso resulta numa automação industrial com introdução de novos modelos de organização e gestão do trabalho e da produção concentrada em poucas empresas, especialmente as de grande porte e as multinacionais.

De acordo com as inferências de Carlos Nelson dos Reis,

[...] houve consideráveis avanços, tanto na organização do trabalho como no processo produtivo. No entanto tais avanços não chegaram sequer a aproximar o estágio tecnológico nacional de produção de calçados do estágio internacional. Por exemplo, na Europa, já existem diversas máquinas para a produção de calçados funcionando a comando numérico, nos setores de corte, chanfração, costura, montagem e outros. No Brasil, quase nada existe. Essa situação é comumente explicada pelos empresários calçadistas, fundamentando-se no custo dessas novas ferramentas. Quando fazem a comparação de custos, acabam optando pelos métodos e máquinas tradicionais a um custo muito inferior, evidentemente tratando-se de uma visão de curto prazo (1994, p. 132-133).

Frente à dinamicidade econômica, sob a lógica da competitividade, seja na esfera macro ou micro, as novas exigências postas ao mundo do trabalho trouxeram ressonâncias para o setor calçadista francano, que criou estratégias variadas para driblar o jogo do mercado e se sustentar na cadeia produtiva. Dentre suas estratégias no âmbito da reestruturação produtiva,¹¹ presenciou-se, em Franca, um amplo processo de

¹⁰ “[...] os principais motivos relacionados às restrições encontradas por essa indústria no sentido de aumentar ou manter a médio e longo prazos a competitividade alcançada dizem respeito especialmente ao atraso tecnológico e organizacional da grande maioria das empresas brasileiras e também a baixa qualificação da mão-de-obra no Brasil, [...] a baixa qualidade da matéria-prima (couro) [...] dadas às crescentes exigências dos importadores quanto à qualidade dos calçados, [...]” (REIS, M., 1992, p.106).

¹¹ Conforme estudos de Antunes (1999), os traços constitutivos da reestruturação do capital são basicamente “Desemprego em dimensão estrutural, precarização do trabalho de modo ampliado e destruição da natureza em escala globalizada [...]” (p.34). Tais transformações ocorridas não afetam meramente a esfera político-econômica, mas também as formas de sociabilidade.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

deslocamento das indústrias que passam a buscar regiões com mão-de-obra barata e em abundância, como o caso da migração destas para o Nordeste, além da terceirização que trouxe reflexos para os trabalhadores do setor.¹²

Na atualidade, ter competitividade significa ter condições de sobrevivência no mercado, que se torna cada vez mais concorrido, sendo que as vantagens comparativas não são mais importantes, pois, deram lugar às vantagens competitivas., dificultando os negócios para empresas pequenas e médias de um país “em desenvolvimento”, como as indústrias calçadistas francanas (SILVA, 1998, p.33).

Mesmo com essas novas imposições do capital, as exportações brasileiras de calçados, apesar de algumas dificuldades, continuaram aumentando na década de 1970, mas o cenário apresentado era de crise em âmbito mundial.

Já no ano de 1983, as vendas destinadas ao mercado interno vinham sofrendo declínio diante do aumento do preço do couro, fator que estimulou o rebaixamento da produção.

Em 1986, o Plano Cruzado, medida econômica adotada pelo presidente eleito, José Sarney, gerou uma atmosfera de euforia frente ao congelamento dos preços e possível contenção inflacionária, que teve uma curta vida útil.

Posteriormente,

[...] o Plano Bresser congelou novamente preços e salários, tendo sido mais uma tentativa frustrada de controle da inflação, parte integrante de um conjunto de planos desastrosos que não deram conta de domar o monstro da inflação inercial brasileira (SILVA, 1998, p.54).

¹² “Foi ao longo dos anos de 1990, entretanto, sob condução de um projeto ideopolítico de corte neoliberal, que a reestruturação produtiva se desenvolveu em nosso país, através da *lean production*, do sistema *just-in-time*, *kanban*, do processo de qualidade total, das formas de subcontratação, de terceirização da força de trabalho, etc. Do mesmo modo, verificou-se um processo de descentralização produtiva, caracterizada pela realocação industrial, em que empresas tradicionais, como a indústria de calçados ou a indústria têxtil, sob a alegação da concorrência internacional, iniciaram um movimento de mudanças geográfico-espaciais. O Brasil integrava-se à chamada fase da mundialização ou globalização, ampliando enormemente sua dívida externa” (ANTUNES, 2005, p.133).

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Já no ano de 1987, verificou-se uma queda brusca na produção calçadista de Franca, “[...] que passou de 35 milhões de pares em 1986 para 17 milhões naquele ano” (SILVA, 1998, p.51). Além do expressivo corte na produção, houve também aumento do desemprego.

Com a decadência da produção, em 1987, os problemas sociais em Franca são agravados ante a retração do mercado e o quadro de desemprego, fruto das manifestações de políticas macroeconômicas que interferiram tanto na esfera local quanto em âmbito global. Isso é notado quando,

Um novo pacote de medidas econômicas, o Plano Bresser, congelou preços e salários em junho de 1987 e os norte-americanos voltaram a ameaçar com retaliações os calçados brasileiros no mesmo mês, levando um jornal a considerar que o setor calçadista francano estava próximo de um desastre total (SILVA, 1998, p.78).

Segundo Braga Filho (2000), a década de 1980, também conhecida como “década perdida”, trouxe para a indústria calçadista francana algumas implicações, pois mesmo atravessando uma fase de recessão, a taxa de crescimento populacional do município continuou crescente, inclusive acima da média nacional,¹³ trazendo para o setor público uma diversidade de problemas, visto que até então a cidade não possuía infra-estruturada adequada para abarcar um conjunto populacional em grande escala. Mesmo com a instabilidade econômica dos anos 1980, a indústria calçadista continuou a empregar um número expressivo de pessoas.¹⁴

Podemos considerar que as medidas macroeconômicas e a abertura comercial adotadas pelo governo brasileiro foram favoráveis aos países que objetivavam exportar seus produtos para o Brasil, porém, tais políticas implementadas trouxeram repercussões danosas para as indústrias nacionais.

¹³ De acordo com Campanhol (2000, p.107), o índice de crescimento populacional do município de Franca nos últimos vinte anos (1980-1999) correspondeu a 94,75%.

¹⁴ Em 1984, havia 34.509 funcionários nas indústrias de calçados; em 1985, 32.169; em 1986, 36.609; em 1987, 26.704 (aqui se verifica uma redução brusca no total de funcionários); em 1988, 29.408; e em 1989, 29.572 funcionários. Fonte: Departamento de Estatística do Sindicato da Indústria de Calçados de Franca, Fev./2006.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Logo em seguida, temos a década de 1990, considerada por Pochmann (2001, p.63) como a “segunda década perdida”, marcada por crescente desemprego, trabalho precário, endividamento interno e externo e concentração da renda, que trouxe conseqüências avassaladoras para o mundo do trabalho em Franca, em especial na produção calçadista, pois de acordo com Pochmann (2001, p.70), um dos postos de trabalho mais afetados pelo desemprego foi o calçadista.

O calçado sob a égide do neoliberalismo e da acumulação flexível

No início dos anos 1990, com o governo de Fernando Afonso Collor de Mello (1990-1992), tem-se a adoção à cartilha neoliberal idealizada por países centrais no Consenso de Washington, em 1989, e como expressão desta, o respectivo presidente lança, em março de 1990, o “Plano Collor”, que consistia na criação de uma nova moeda, congelamento dos preços, limitação para saques em contas bancárias e abertura aos produtos importados, propiciando um panorama de dificuldades para o setor coureiro-calçadista de Franca, pois as indústrias, tanto a nível local quanto nacional, não estavam preparadas para enfrentarem a concorrência dos países estrangeiros.

Um mês após a implantação do referido plano, jornais francanos noticiavam “[...] que havia de 5 a 7 mil ex-trabalhadores das indústrias calçadistas desempregados” (SILVA, 1998, p.78).

Com essa política, os consumidores optavam por obter produtos importados diante dos baixos preços, quando equiparados aos produtos nacionais, além de surgirem como novidades para um grande contingente da população.

Outro fator que passou a obstar a venda do calçado brasileiro para o exterior foi a retirada dos incentivos fiscais e a valorização da nova moeda.

No ano de 1994, acreditava-se que o desemprego crescia de forma alarmante em Franca e que o Plano Real,¹⁵ em conjunto com a lógica concorrencial dos produtos

¹⁵ “O Plano Real implantado a seguir, em 1º de julho de 1994, durante o governo Itamar Franco, pelo então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso – que colocava como metas prioritárias o

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

oriundos dos “tigres asiáticos”, estavam dificultando a situação das indústrias calçadistas francanas. O Brasil, a partir desse momento, passou a se defrontar com a concorrência de diversos países produtores de calçados, como a China, Hong-Kong, Taiwan, Coréia do Sul, Tunísia, Malásia, Filipinas, Romênia, Indonésia, Tailândia e Vietnã.

De acordo com Tomazini,

[...] Franca perdeu competitividade no mercado mundial, onde muitas empresas, graças à prática de dumping social, colocava produtos a preços imbatíveis. [...] O dumping social refere-se à prática através da qual ganha-se competitividade no mercado em virtude do baixo custo da mão-de-obra. No final de 1997 o custo médio da hora-trabalho na Alemanha orbitava em torno de U\$25,00, enquanto no Brasil era cerca de U\$3,00 e na China ficava em U\$0,50 (2003, p.48).

Com isso, o calçado produzido no Brasil perde espaço no mercado mundial e o município de Franca atravessa uma onda de crises, atingindo as esferas econômica, social, política e demográfica do local.¹⁶

Com o governo FHC, o Brasil torna-se submetido às prerrogativas do capital financeiro internacional, num cenário caracterizado pela instabilidade frente aos ajustes econômicos voltados ao pagamento da dívida externa mediante o desmonte estatal no que tange aos investimentos em políticas sociais públicas.

Na década de 1990, as mudanças circunscritas na relação capital/trabalho desencadearam um intenso processo de flexibilização, crescimento de trabalhos

controle da inflação e a estabilidade monetária – também provocou intenso desarranjo na economia francana. A valorização do Real trouxe prejuízo aos exportadores que vendiam seus produtos em dólares e pagavam suas despesas internas em reais. Se anteriormente a defasagem cambial implicava em ganhos capazes de compensar eventuais quedas do preço do produto no mercado internacional, no novo cenário, a situação invertia-se” (TOMAZINI, 2003, p.130).

¹⁶ “As dimensões da crise podem ser avaliadas, até mesmo pelo impacto demográfico. Se o bom desempenho da indústria calçadista de Franca, fizera da cidade um pólo de atração populacional, o fluxo é revertido a partir de 1995. Ocorre, então, uma queda da taxa de crescimento demográfico, fenômeno que talvez esteja vinculado às dificuldades enfrentadas pelas indústrias de Franca no período, e ao fato de muitos francanos, conseqüentemente, virem-se forçados à mudança de domicílio” (TOMAZINI, 2003, p.133).

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

terceirizados, precários e informais, deteriorando as condições de vida e trabalho de grande parcela da população.¹⁷

Na argumentação de Braga Filho (2000), a indústria calçadista francana para enfrentar a concorrência, seja interna ou externa, de forma a aumentar sua produtividade, passou a reduzir os custos de mão-de-obra, resultando no crescimento da informalidade no município. Seguindo a linha de raciocínio do autor, em 1994 houve um aumento significativo da produtividade, porém reduziu-se em 74% o número de pessoas com emprego formal.

Os anos de 1990 têm como marco, em Franca, o acentuado quadro de desemprego e falência de inúmeras empresas produtoras de calçado. A alternativa para tal problemática foi a reestruturação da produção com vistas à manutenção e sobrevivência das empresas existentes no município, o que resultou no aumento da informalidade e de setores de prestação de serviços, que contribuíram consideravelmente para a precariedade do trabalho.¹⁸

No âmbito da reestruturação em Franca, pautada na flexibilização e informalidade do trabalho, grande parcela dos trabalhadores passa a engrossar o conjunto dos “sem carteira”, agora sem vínculo empregatício e perdendo, no entanto, proteção social e direitos trabalhistas até então assegurados.

De acordo com a análise de Braga Filho (2000), no ano de 1981 o número de empregos informais representava 21,8%, enquanto que em 1993 ocorre um salto para 31,6%. O acelerado crescimento da informalidade foi uma saída estratégica diante dos

¹⁷ Se no ano de 1984, no apogeu da indústria de calçados em Franca havia 34.509 funcionários trabalhando nas indústrias, esse número sofre uma queda substancial no ano de 1998, onde se tem um total de 15.360 funcionários, ou seja, menos da metade existente em 84. Fonte: Departamento de Estatística do Sindicato da Indústria de Calçados de Franca – Fev./2006.

¹⁸ Campanhol salienta que a informalidade “É uma economia subterrânea, invisível, submersa, alternativa, suplementar, oculta, ilícita, mas que sustenta uma grande parcela da população. A economia informal é uma das faces do capitalismo, que ampliada ou consolidada nos períodos de crise econômica representa um fator de grande importância como amortecedor das questões sociais. A existência de atividades econômicas desenvolvidas informalmente não é a solução concreta para as crises cíclicas que atingem a cidade de Franca. Mas vale lembrar que a economia informal movimenta e reproduz uma parcela considerável dos capitais disponíveis” (2000, p.125).

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

efeitos nefastos do desemprego, gerando uma quantidade incomensurável de bancas¹⁹ no município de Franca.

Não obstante, as empresas descobrem na terceirização uma importante via de redução dos custos de produção, principalmente da mão-de-obra e constataam que produzir no espaço interno da fábrica causava um grande ônus para as mesmas e já os serviços prestados pelas bancas eram menos onerosos diante da ausência de cobertura legislativa para os trabalhadores. Tal reorganização das empresas para atender a lógica perversa capitalista provocou efeitos nocivos para o conjunto dos trabalhadores no que tange as suas condições de vida, trabalho e saúde.

Vale destacar que,

[...] a terceirização em alguns casos também internaliza. Mas trabalhar no interior da empresa não implica vínculo formal de trabalho. O trabalhador pode ser um simples prestador de serviço que se obriga a produzir conforme determinações da empresa, embora a relação de trabalho seja convertida em relação comercial. Mas deve-se salientar que as condições externas são sempre mais precárias, enquanto as operações internas se caracterizam por uma exigência de maior qualidade e por um aumento de tarefas, sem que, obrigatoriamente, isso seja decorrência da incorporação de maquinaria mais desenvolvida (TAVARES, 2004, p.173).

O célere crescimento da informalidade em Franca foi a alternativa adotada pelos empresários frente às pressões das políticas macroeconômicas e para os trabalhadores

¹⁹ Segundo Navarro (1998), as bancas são unidades produtivas que prestam serviços às empresas calçadistas de Franca, sendo especializadas na realização de determinadas fases da confecção do sapato. Por exemplo, existe no município uma infinidade de bancas, como as de pesponto (costura mecanizada que une as peças que compõem o cabedal e também pode ter função ornamental), de corte (realiza o corte de partes constituintes do sapato, seja couro ou outro material), de chanfração, ponteação, entre outras. No Rio Grande do Sul, essas unidades de produção são denominadas “ateliers”. Em geral, essas bancas realizam o pagamento mediante a produção, ou seja, conforme os pares confeccionados. Para complementar, de acordo com Chinali (1997), essas bancas deveriam ser reconhecidas como micro-empresas, mas o que acontece é que se tornam seções da fábrica, constituídas no espaço extra-fábrica. Com isso, a maioria dessas bancas se encontra na clandestinidade, funcionando em fundos de quintal ou no interior dos domicílios, sem placas de identificação e utilizando sobremaneira a mão-de-obra familiar. Para a formalização dessas unidades produtivas, exige-se a Inscrição Municipal das mesmas para que haja o fornecimento de nota fiscal à empresa para a qual o proprietário da banca, conhecido por banqueiro, presta serviço. Porém, apenas empresas maiores cumprem tal exigência, o que possibilita a informalidade desse tipo de atividade. Diante da complexidade dessa problemática, torna-se impossível quantificar essas bancas no município e, por isso, não há nenhum banco de dados fidedigno sobre o total destas unidades produtivas, apenas algumas estimativas. Esse se torna o grande vetor que dificulta a aglutinação dos trabalhadores imersos na informalidade, pois não se consegue um mapeamento de todo esse universo.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

foi uma das saídas mediante o quadro de desemprego, que tem como causa, respaldado em Braga Filho (2000), um conjunto complexo e amplo de variáveis de natureza conjuntural e estrutural e assim constatamos que,

Várias fabriquetas – pequenas indústrias calçadistas – e bancas de corte, pesponto ou costura manual vem utilizando trabalho informal, mas, essa situação vem se repetindo em muitas atividades industriais e não apenas na fabricação de calçados. Se, por um lado, esse expediente tira do trabalhador os direitos adquiridos em relação às férias, ao décimo terceiro, aos recolhimentos para a Previdência Social, por outro constitui, às vezes, a única alternativa de sobrevivência para o operário que não mais conseguir trabalho regularmente registrado na Carteira de Trabalho e Previdência Social (SILVA, 1998, p.89).

Destarte, nos anos de 1980, a produção coureiro-calçadista, que se concentrava no interior das indústrias, passa na década posterior a ser transferida para os espaços extra-fabris, como resultado de uma abertura econômica mundial que forçou as empresas a se adaptarem ao novo contexto do mercado, com característica concorrencial.

No mais, os setores prestadores de serviços, como é o caso das bancas em Franca, ficam subordinados ao setor formal, no caso as indústrias, que estão submetidas a políticas macroeconômicas e que para se sustentarem no mercado global necessitam se remodelarem constantemente para atender aos propósitos da competitividade.

Temos nessa conjuntura o refluxo do movimento sindical ante sua postura combativa de outrora. O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Calçados de Franca, também conhecido como Sindicato dos Sapateiros, exprime resistência ao processo desenfreado de terceirização e expansão de bancas, visto que não asseguram uma cobertura legal e proteção social aos seus trabalhadores. Sob a ótica do Sindicato da Indústria de Calçados de Franca, o Sindicato Patronal, a terceirização constitui-se uma questão de sobrevivência, pois assim evita-se que as empresas percam sua competitividade no mercado. Com isso, temos um duplo discurso em que se expressam as contradições capital/trabalho e que não se converge em busca de garantia de direitos e melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Nesse ínterim, diante do colapso das formas de empregabilidade, os trabalhadores abrem mão dos seus direitos conquistados ao longo da história e se submetem aos trabalhos precários pela necessidade de sobrevivência.

O que decorre do agravamento da informalidade é a redução da sindicalização dos trabalhadores, que traz reflexos para o enfraquecimento do poder de barganha, reivindicação e capacidade organizativa daqueles que vivem do trabalho.

Outro fato a ser aludido é que, além do desemprego emergente nessa fase, muitos ex-trabalhadores das indústrias calçadistas passam a se estabelecer no mundo de trabalho por meio de atividades por conta própria, através de empréstimos concedidos pelo Banco do Povo em parceria com a Prefeitura Municipal de Franca, sendo importante frisar o grande contingente feminino na solicitação desses empréstimos e conforme enfatiza Tomazini,

[...] em Franca, o percentual feminino era [...] elevado: 43% de homens e 57% de mulheres. Nos contratos firmados com mulheres preponderavam, como tomadoras de crédito, as pespontadoras. [...] Esse dado é interessante: [...] faz pensar na informalização do trabalho, isto é, em um elevado contingente de mulheres em busca de alternativas de sobrevivência, de outro, pode sinalizar o avanço de mulheres que, transpondo os espaços domésticos, denotam audácia e certa dose de empreendedorismo (2003, p.135).

Ademais, as alterações gestadas no mundo do trabalho em Franca não resultaram num expressivo investimento de maquinário. Tais modificações foram substanciais no que tange às condições e relações de trabalho, diante da drástica redução de postos de trabalhos formalizados e expansão dos trabalhos informais, verificadas com o processo de externalização de diversas fases da produção coureiro-calçadista, como é o caso do corte do couro, considerado uma tarefa imprópria para se executar no domicílio.²⁰

²⁰ Tal tarefa era tida como inoportuna de se transferir aos domicílios pelo fato de que se utiliza de um equipamento – o balancim – difícil de ser ajustado no espaço físico de uma residência. Para Navarro (1998), os balancins hidráulicos necessitam ser adaptados ao ambiente doméstico para se ter suporte frente aos impactos gerados pela prensa hidráulica. Em muitos casos, é necessário reforçar o alicerce residencial, o que se torna inviável ao trabalhador pela dificuldade financeira ou por residir em imóvel alugado.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Vale destacar que esse tipo de trabalho existiu no município desde o início da atividade coureiro-calçadista, porém o que se observa, na cena contemporânea, é a sua intensificação.²¹

Com o advento da reestruturação produtiva, o trabalho domiciliar, que na verdade nunca saiu de cena, ganha êxito novamente no contexto das relações de produção, sendo intensificado e adotado por diversos conglomerados industriais, como é o caso da indústria de calçados.

O trabalho a domicílio, característico da fase pré-fabril, persistiu por muito tempo como forma produtiva predominante na indústria do calçado, mesmo em um estágio avançado do capitalismo, e tem ainda presença significativa nesse segmento até os dias de hoje (BARBOSA, 2004, p.67).

O trabalho domiciliar em Franca é uma realidade e representa uma das manifestações do processo de terceirização que provocou, no dizer de Antunes (1995), uma complexificação, heterogeneização e fragmentação dos trabalhadores, além da grande incorporação do contingente feminino no mundo do trabalho. O trabalho domiciliar ainda se torna mais complexo frente aos processos de reestruturação capitalista, pois, como no caso de Franca, o que se observa é que as bancas, que executam uma parcela da produção do calçado, repassam o restante da produção aos demais trabalhadores informais, que prestam serviços geralmente no âmbito domiciliar, num cenário marcado pela precariedade, sem estabelecimento de vínculos empregatícios com a empresa e nem sequer cumprindo os direitos trabalhistas. Temos assim um universo fabril que adentrou o espaço intrafamiliar, ou seja, o lar dos indivíduos. As

²¹ Os estudos de Chinali (1997) demonstram que na década de 1930 algumas empresas francanas já terceirizavam sua produção, não podendo ser esta considerada um fenômeno recente. Além do mais, tal prática é incentivada pelo mundo todo. As atividades como o pesponto (costura mecanizada) e a costura manual, que saem dos limites físicos da fábrica, são as atividades que absorvem a maioria da mão-de-obra, com destaque para o trabalho feminino. Esse fator é tido como naturalizado diante de uma rígida divisão sexual do trabalho que consagra a posição da mulher no espaço doméstico. Além do mais, esse tipo de atividade não onera os empresários do ramo coureiro-calçadista, visto que para realizá-la são necessárias apenas agulha, tesoura, dedeira, linha e um furador. “A dedeira e o furador são confeccionados pelas costuradeiras ou seus maridos. A dedeira é uma espécie de dedal, feita de um pedaço de couro. Ela envolve o dedo polegar, minimizando calos e furos. O furador é composto de uma base de couro onde se encaixa algo pontiagudo. É usado para fazer os furos que não estão prontos no sapato” (REIS, L.M., 2002, p.61).

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

trabalhadoras domiciliares compartilham as tarefas da produção do calçado em consonância com as atividades voltadas ao lar e à educação dos filhos. O espaço da casa agrega família e trabalho numa mesma atmosfera, onde certos locais da casa são transformados em oficina de produção do sapato. Esse fenômeno no cenário francano já é parte do cotidiano e da rotina da população, visto que, muitas vezes, essas mulheres, pelo fato de serem remuneradas por produtividade e terem que cumprir os prazos de entrega do produto, deslocam-se de suas residências executando tais tarefas. Ou seja, valem-se de todo o tempo ocioso para costurar os calçados.

No dizer de Tavares (2004), a terceirização ressuscitou o trabalho domiciliar, marcado por relações e condições de trabalho não compatíveis ao que se verifica no espaço interno das empresas e conforme a autora, tais variações,

[...] se traduzem em jornadas de trabalho mais longas, que se estendem, às vezes, pela noite e aos finais de semana e feriados; em locais de trabalho improvisados; na ausência de proteção social; na diminuição do poder de reivindicação e de negociação, na superexploração do trabalho da mulher; na incorporação do trabalho infantil; e no aviltamento do salário que, a depender do número de intermediários entre a empresa e o trabalho, é significativamente menor (p.171).

Não obstante, seguindo o que foi elucidado pela autora supracitada, o trabalho domiciliar adentra a esfera familiar do trabalhador, incorporando toda a família na execução das atividades e não se permitindo viver outras dimensões da vida dessas pessoas. A autora também nos informa que o trabalho domiciliar deve ser compreendido como um “departamento externo da fábrica”, onde se desenvolve um trabalho parcelar com comando direto do capital. O trabalho parcelar do calçado é fruto do trabalho coletivo e só ganha valor no mercado na medida em que se fundem as partes e se obtém a mercadoria. Tal processo é finalizado na empresa, que se incumbe de configurar o produto final. É necessário pontuar que mesmo sendo o trabalho domiciliar considerado invisível e clandestino este não deixa de se caracterizar como um trabalho assalariado.

No entanto, o trabalho domiciliar fica resignado às determinações e fluxo do mercado e a quantidade de peças confeccionadas variam conforme as exigências mercantis.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Dessa forma,

Uma vez que o trabalho a domicílio não se encontra sob o controle direto do empregador, é necessário selecionar aqueles trabalhadores que supostamente estariam mais adaptados a responder positivamente às necessidades da empresa. Um dos requisitos mais importantes do trabalho subcontratado, em geral, é o da pontualidade: cumprimento dos prazos na entrega das peças estipulados de antemão. [...] qualidades como autodisciplina, compromisso e seriedade são extremamente valorizadas e percebidas como atributos de uma categoria específica de mulheres: aquelas com meia-idade, casadas e com prole (LAVINAS; SORJ, 2000, p.221).

A propósito das considerações das respectivas autoras, os empresários buscam no trabalho domiciliar mulheres estáveis e “confiáveis”, pois repassam matéria-prima para as mesmas e por isso precisam ter certa segurança, estabelecendo-se entre as partes um certo “pacto de fidelidade”. Dentre as mulheres que compõem o rol das “confiáveis” para o trabalho em domicílio, as autoras destacam as mulheres casadas, de meia-idade e com filhos, diante de reduzidas propostas de emprego para tal segmento, em detrimento das solteiras, que, na maioria das vezes, buscam trabalhos formalizados no interior das empresas.

Assim, tem-se a criação de determinados estereótipos acerca dos trabalhadores que se encontram mais “aptos” para a execução de certas tarefas, legitimando a partir disso um conjunto de práticas discriminatórias que gera segregação no mercado de trabalho.

Frente ao exposto, entende-se que o trabalho domiciliar esteve presente em todas as fases de desenvolvimento do setor calçadista francano e, conforme análise de Navarro (1998), nos anos de 1970, diante do grande volume de trabalho que não correspondia à capacidade instalada das empresas, este tipo de trabalho passa a ser destinado de forma significativa para o domicílio dos trabalhadores. Os vínculos estabelecidos entre empresa e empregados, outrora mantidos, passam a ser diluídos com a reestruturação produtiva, com o surgimento de uma nova figura – o intermediário²² e

²² “O intermediário é um trabalhador que assume funções do capital. Ele retira as peças da fábrica, faz a distribuição pelos domicílios, recolhe-as e paga-as semanalmente, encarregando-se de manter a distância necessária entre capital e trabalho. O intermediário entre a empresa e a trabalhadora – grande parte do trabalho domiciliar é realizado por mulheres – controla o uso da matéria-prima exigindo o máximo de

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

com o repasse de tarefas para os familiares, vizinhos e parentes dos trabalhadores, que passam a engrossar o contingente da informalidade.

Considerações finais

O quadro apresentado atualmente com toda essa transformação desencadeada no mundo do trabalho é de uma profunda erosão dos direitos sociais e trabalhistas, desemprego e acirramento da miserabilidade e das desigualdades entre os trabalhadores, incluindo brancos, negros, homens, mulheres, entre outros. Tais fatores são verificados em âmbito global e local, visto que o quadro de desemprego ainda é alarmante no cenário francano.²³

Apesar das correntes e recorrentes crises das últimas décadas, o Brasil, no ano de 2005, conforme divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), avançou de 15^a para a 11^a posição no ranking das maiores economias do mundo

economia, e contribui para o aviltamento do salário de quem executa o trabalho. Como um primeiro intermediário pode repassar para um segundo, e este para um terceiro, a cada repasse o pagamento por aquela operação é reduzido. Quanto mais intermediários menor o salário do trabalhador, pois o rendimento do intermediário é retirado do valor que a empresa paga por cada par de peças trabalhadas” (TAVARES, 2004, p.177).

²³ O emprego na indústria paulista encerrou 2005 com um crescimento abaixo do esperado, depois de ter caído em dezembro, acompanhando a desaceleração da atividade econômica. No mês passado, foram fechadas 45.818 vagas, representando queda de 0,04% no emprego em relação a novembro. Conforme afirmou a FIESP – Federação das Indústrias do estado de São Paulo, a queda foi de 2,16%, a maior registrada em dezembro desde o início da série histórica iniciada em 2000. No ano, a indústria criou 48.419 vagas, o equivalente a uma alta de 2,4% sobre 2004. A projeção da Fiesp era de avanço em torno de 3%, com a abertura de 60 mil postos. O número de 2005 ficou abaixo da expansão de 7,45% em 2004, quando foram abertas 144.487 vagas, mas foi o terceiro melhor resultado da série histórica, perdendo apenas para 2000 e 2004. Os setores que mais perderam emprego em dezembro em termos percentuais foram matérias-primas para fertilizantes (-5,98%), **calçados de Franca (-5,52%)** e estamparias de metais (-5,16%).

Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/economia/ultnot/reuters/2006/01/12/ult29u45283.jhtm> Acesso em: 12/01/2006. Tal notícia demonstra em linhas gerais, a queda no emprego industrial no estado de São Paulo e pontua o município de Franca como um dos mais afetados por essa movimentação econômica. Em dezembro de 2005, Franca contava com 18.140 funcionários nas indústrias de calçados. Fonte: Departamento de Estatística do Sindicato da Indústria de Calçados de Franca – Fev./2006.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

mediante a elevação do PIB (Produto Interno Bruto) que totalizou R\$1,937 trilhão no respectivo ano.

Em suma, apesar de o país apresentar uma considerável produção da riqueza, esta ainda não é compartilhada de forma equânime entre sua população, visto que o quadro social que reveste o Brasil tem sido agravado pela fome, miséria, desemprego, má distribuição da renda, desigualdade social e regional. Portanto, não podemos nos restringir às concepções economicistas e, sim, tentar nos aproximar das diversas nuances que cercam o real, entendido como o conjunto de determinações múltiplas.

Referências

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 4.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 9-23.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. 2.ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

_____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 3.ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

BARBOSA, Agnaldo de Sousa. **Empresariado fabril e desenvolvimento econômico: empreendedores, ideologia e capital na indústria do calçado (Franca 1920-1990)**. 2004. 285 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – UNESP, Araraquara, 2004.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. 3.ed. São Paulo: Cartilha Popular, 2001.

BRAGA FILHO, Hélio. **Globalização em Franca: a reorganização industrial e economia informal**. 2000. Dissertação (Mestrado em Administração). Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis de Franca – FACEF, Franca, 2000.

CAMPANHOL, Edna Maria. **As reações socioeconômicas em Franca em face do processo de globalização**. 2000. 308 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP, Franca, 2000.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

- CHINALI, Israild Giacometti. **De volta ao lar?** Trabalho feminino e globalização. 1997. 257 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica – PUC, São Paulo, 1997.
- DOWBOR, Ladislau. **A reprodução social:** proposta para uma gestão descentralizada. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- FURTADO, Celso. **Transformação e crise na economia mundial.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** 7.ed. São Paulo: Loyola, 1998.
- IANNI, Octavio. **A era do globalismo.** 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- LAVINAS, Lena; SORJ, Bila. O trabalho a domicílio em questão: perspectivas brasileiras. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). **Trabalho e Gênero:** mudanças, permanências e desafios. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP, Ed. 34, 2000, p.211-236.
- LEITE, Márcia de Paula. **O Futuro do Trabalho:** novas tecnologias e subjetividade operária. São Paulo: Página Aberta, 1994.
- LIRA, Izabel C. D. Informalidade: reflexões sobre o tema. **Revista Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, n.69, p.140-150, março de 2002.
- MARTINS, Heloisa de S.; RAMALHO, José R. **Terceirização:** diversidade e negociação no mundo do trabalho. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho.** São Paulo: Scritta, 1995.
- NAVARRO, Vera Lúcia. **A produção de calçados de couro em Franca (SP):** a reestruturação produtiva e seus impactos sobre o trabalho. 1998. 301 f. Tese (Doutorado em Sociologia). UNESP, Araraquara, 1998.
- POCHMANN, Márcio. **O emprego na globalização:** a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.
- REIS, Carlos Nelson dos. **A indústria brasileira de calçados:** inserção internacional e dinâmica interna nos anos 80. 1994. 257 f. Tese (Doutorado em Economia) Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 1994.
- REIS, Lélia Marília dos. **O trabalho a domicílio no contexto da terceirização:** um estudo do trabalho das costureiras manuais da indústria de calçados de Franca (SP).

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

2002. 96 f. Dissertação (Mestrado em Saúde na Comunidade). Universidade de São Paulo – FMRP, Ribeirão Preto, 2002.

REIS, Marisa dos. **Reestruturação internacional e inserção do Brasil na indústria de calçados**. 1992. 140 f. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 1992.

SILVA, Ana Maria Vieira Mariano da. **Indústria calçadista e globalização: o caso de Franca-SP**. 1998. 115 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP, Franca, 1998.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in) visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2004.

TEIXEIRA, Francisco J. S.; OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. (Org.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1996.

TOMAZINI, Maria Lúcia Vanucchi. **A mulher na fábrica de sapatos: trabalho e gênero na indústria calçadista de Franca-SP**. 2003. 313 f. Tese (Doutorado em Sociologia). UNESP, Araraquara, 2003.

TOSI, Pedro G. **Capitais no interior: Franca e a história da indústria coureiro-calçadista (1860-1945)**. 1998. 276 f. Tese (Doutorado em Economia). Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 1998.